

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.655 - SP
(2019/0304245-2)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : MERCADO ROSA LTDA
ADVOGADO : EDILBERTO MASSUQUETO - SP088127
EMBARGADO : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON
EMBARGADO : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA - SP329155

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MERCADO ROSA LTDA à decisão de fls. 303/304, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

[...] Convém ressaltar, já de plano, que não houve qualquer menção a intempestividade dessas insurgências no E. Tribunal de Origem.

Nessa esteira, recebidos os autos neste C. Superior Tribunal de Justiça, foi proferido o seguinte despacho:

“Intime-se a parte recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar, por documento idôneo, eventual suspensão de prazo decorrente de feriado local.”

Nota-se que referido despacho não menciona sobre qual período ou recurso esta referindo-se, entendendo o ora Embargante que tratava-se do Agravo em Recurso Especial e do período referente a interposição do mesmo, já que esta fora a última insurgência apresentada e o Recurso Especial foi analisado pelo E. Tribunal a quo, o qual embora o tenha inadmitido, nada mencionou acerca de intempestividade (fl. 307).

[...]

Entretanto, com a devida venia, é evidente que houve omissão na v. decisão, pois nesta não se menciona que os esclarecimentos do Recorrente referiram-se ao período de interposição do Agravo e não do Recurso Especial, pois foram prestados em atenção a r. despacho que não especificou que se referia a recurso anterior apresentado, sendo certo que não se pode pactuar que o Embargante amargue as consequências da indevida declaração de intempestividade de seu recurso.

[...]

Desta feita, com o devido respeito e acatamento, opõe os presentes Embargos Declaratórios, nos termos do 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, a fim de que seja sanada a omissão apontada acima, oportunizando ao Embargante comprovar a existência de feriado e suspensão de prazo no período de interposição do Recurso Especial, podendo assim ter a insurgência apresentada conhecida e julgada neste C. Tribunal.

Por oportuno, nos termos do artigo 1.024, § 3º do Código de Processo Civil, o Embargante requer sejam estes Embargos admitidos como Agravo

Superior Tribunal de Justiça

Interno, em atenção a fungibilidade recursal, salvaguardando a celeridade e economia processuais, caso assim entenda Vossa Excelência, fornecendo prazo legal para adequação do recurso, caso repute necessário (fl. 308).

[...]

E, nesse sentindo, haja vista o sedimentado entendimento desta C. Corte Superior de que a comprovação da tempestividade do Recurso Especial em decorrência de feriado ou suspensão de expediente forense no E. Tribunal de Origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição pode ocorrer posteriormente, em sede de Agravo Regimental, requer desde já a juntada dos documentos anexos, hábeis a comprovar a tempestividade do Recurso Especial apresentado, tendo em vista que não houve expediente no Foro Judicial de Segunda Instância do Estado de São Paulo nos dias 20 e 21 de junho/2019, bem como nos dias 08 e 09 de julho/2019, sendo tempestivo o Recurso Especial protocolado no dia 11/07/19 dado que a v. decisão impugnada foi publicada em 17/06/19 e o prazo legal previsto é de 15 dias úteis (fls. 309/310).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpre esclarecer que de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Portanto, a competência para o julgamento do agravo e do recurso especial é deste Superior Tribunal de Justiça. De forma que cumpre à parte zelar pelos prazos processuais e verificar a ocorrência de feriados locais no prazo de ambos os recursos.

Quanto à tempestividade do recurso, o que define a aplicação do CPC de 2015 é a data de intimação do *decisum* recorrido, que, no presente caso, ocorreu na vigência do novo código.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, ao presente caso aplicam-se as regras do CPC de 2015.

Assim, no código atual, o prazo para a interposição de agravo e de recurso especial é de 15 dias úteis, nos termos do art. 219, *caput*, c/c os arts. 994, VI e VIII, 1.003, § 5º, 1.029 e 1.042, *caput*, todos do CPC.

Na vigência do CPC de 1973, a jurisprudência admitia a comprovação posterior da tempestividade (AgInt no AREsp n. 829.932/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 13/10/2016; e AgInt no AREsp n. 886.498/SC, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 30/9/2016).

Todavia, esse entendimento não subsiste em razão de disposição expressa do CPC vigente, cujo art. 1.003, § 6º, dispõe que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", ou seja, a novel legislação vedou expressamente a possibilidade de comprovação posterior da tempestividade, devendo o documento apto a comprová-la ser juntado aos autos no momento da interposição do recurso.

A propósito, confira-se este precedente:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.**

1. O propósito recursal é dizer, à luz do CPC/15, sobre a possibilidade de a parte comprovar, em agravo interno, a ocorrência de feriado local, que ensejou a prorrogação do prazo processual para a interposição do agravo em recurso especial.

2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, diferentemente do CPC/73, é expresso no sentido de que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso".

3. Conquanto se reconheça que o novo Código prioriza a decisão de mérito, autorizando, inclusive, o STF e o STJ a desconsiderarem vício formal, o § 3º do seu art. 1.029 impõe, para tanto, que se trate de "recurso tempestivo".

4. A intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis.

5. Seja em função de previsão expressa do atual Código de Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada.

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp n. 957.821/MS, relatora para o acórdão Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe de 19/12/2017.)

É certo que feriado nacional não precisa ser comprovado. Porém, os dias 20 e 21/6/2019 e 8 e 9/7/2019 são supostamente feriados locais, razão pela qual deveriam ter sido comprovados no momento da interposição do recurso.

O STJ firmou o entendimento de que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção de expediente forense deve ser demonstrada no ato de interposição do recurso, por meio de documento oficial ou certidão expedida pelo tribunal de origem, não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública (AgInt no REsp n. 1.686.469/AM, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/3/2018).

Registre-se que a Corte Especial, por maioria, acolheu a questão de ordem para reconhecer que a tese firmada por ocasião do julgamento do REsp 1.813.684/SP é restrita ao feriado de segunda-feira de carnaval e não se aplica aos demais feriados, inclusive aos feriados locais (QO no REsp 1813684/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/02/2020, DJe 28/02/2020).

Por fim, de acordo com o § 3º do art. 1.024 do CPC, a conversão dos embargos de declaração em agravo interno é uma faculdade conferida ao relator ou órgão colegiado, não se constituindo em direito da parte.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte**

embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente